

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO
AMBIENTE E OOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO PESQUEIRA DAS REGIÕES
SUDESTE/SUL – CEPSUL

REUNIÃO IBAMA – CEPSUL / SETOR PRODUTIVO - SARDINHA

Local: CEPSUL: Itajaí / SC

Período: 02 de julho de 1993.

REUNIÃO IBAMA-CEPSUL/SETOR PRODUTIVO-SARDINHA
LOCAL: ITAJAÍ/SC
DATA: 02-07-93

ABERTURA – 09:40

Pronunciamento do Chefe de do CEPSUL, PHILLIP CHARLES CONOLY, que manifestou votos de boas vindas á todos os participantes. Em seguida convidou os integrantes da mesa a ocuparem seus lugares, ficando assim compostas:

Dr. PAULO ROBERTO NASCIMENTO – Diretor da DIREN, representando o presidente do IBAMA – Dr. HUMBERTO CAVALCANTI DE LACERDA;
Dra. MALÔ SIMÕES – Diretora do DEPAQ/IBAMA;
Dr. JOSÉ DIAS NETO – Chefe do DEPES, representando o diretor da DIRPED –
Dr. BRAÚLIO FERREIRA DE SOUZA DIAS;
Dr. RICARDO DE DEUS CARDOSO, representando a SUPES/SC;
MANOEL DE MARIA XAVIER - Presidente do SINTRAPESCA;
ANTÔNIO EMENDORF - Presidente do Sindicato da Indústria de Pesca de Itajaí.
Dr. PHILIP CHARLES CONOLY – Chefe do CEPSUL/IBAMA-ITAJAÍ.

Após a composição da mesa, o Dr. Paulo Roberto deu continuidade aos trabalhos, propondo, inicialmente, que a reunião ocorresse em um clima de informalidade aos trabalhos, explanando como seria a ordem de representação dos trabalhos definindo o tempo para cada explanação, finalizando os trabalhos com um debate geral de onde saíram às propostas a serem encaminhadas ao Ministro do Meio Ambiente. Em seguida passou a palavra ao Sr. Antônio Emendorfer.

O Sr. Emendorfer, ao fazer uso da palavra, parabenizou a atitude do IBAMA em viabilizar a reunião para escutar as propostas do Setor Produtivo. Esclareceu, ainda, que entendia o objetivo do encontro a definição do período de defeso para o ano em curso. Também denunciou o descumprimento da Portaria em vigor, no Estado de São Paulo e Rio Janeiro, onde encontrou, segundo ele, “sardinha fresca à venda no mercado”, após o início do período de DEFESO determinado entre 04/06/98 e 16/08/98. Em função do relatado, questionou a eficiência da Fiscalização, por parte do IBAMA, que não tem feito cumprir a legislação em vigor. A proposta apresentada por este segmento, foi à redução em quinze dias do atual período definitivo, retornando-se à pesca em 02/08/98. Como justificativa para a proposta, argumentou a possibilidade de que os cardumes hoje ocorrentes no litoral catarinense possam desaparecer das áreas de pesca antes da libertação oficial da atividade. Questionou ainda a validade das pesquisas levadas a cabo pelo IBAMA, sugerindo serem as mesmas incipientes, inconstantes e sem resultados efetivos que orientem adequadamente o ordenamento da pescaria. Lamentando a carência de verbas por parte do Governo destinada à pesquisa, propôs que os empresários, representados pelo Sindicato da Categoria, assumissem parte ônus, financiamento a pesquisa que segundo ele, é imprescindível para esclarecer dúvidas pertinentes a esta atividade extrativista.

Prosseguindo foi dada a palavra ao Sr. Manoel de Maria Xavier que questionou aos presentes, a possibilidade de alguém sobreviver durante 06 meses sem salário. Em seguida solicitou que um dos pescadores presente apresentasse seu depoimento, no que foi atendido. “O pescador identificado pela alcunha de “Seu Canário”, declarou ser impossível permanecer 75 dias sem trabalho, quando segundo ele, “há abundância de peixe no mar”. Levantou ainda o questionamento de que após o período do DEFESO, os cardumes ainda jovens, se capturados, continuam a representar uma pescaria ilegal, devido à legislação que define o tamanho mínimo para captura dessa espécie. Inquirido sobre qual seria o período ideal para a “PARADA” da atividade, respondeu que “o ideal seria uma parada de 45 dias entre agosto e setembro”. Retomando a palavra, Sr. Xavier informou que o pescador era experiente, não era empresário e, portanto, o maior prejudicado. Sugeriu ainda, estar o DEFESO mal elaborado propondo uma revisão para o mesmo. A proposta final definida pela categoria foi a de que se suspendesse o

DEFESO imediatamente, e que a partir do próximo ano se mantivesse uma parada de 90 dias no período de DESOVA e 45 dias no RECRUTAMENTO. Lamentou ainda o fato de nunca terem sido convidados a participar dos GPE's e outros encontros pertinentes ao assunto. Finalmente, queixou-se de não ter acesso aos resultados das pesquisas efetuadas pelo CEPSUL.

Em seguida, o Sr. José Dias Neto prosseguiu esclarecendo algumas dúvidas sobre as atividades de pesquisa dentro do IBAMA. Alertou para o fato de que os recursos pesqueiros se constituem em Patrimônio Público, tendo por isso como administrador o Governo Federal. Salientou que a atividade pesqueira nada mais é que uma concessão para se explorar um bem comum de toda a sociedade e, portanto deve cumprir as regras para sua preservação. Teceu algumas considerações sobre as características destas atividades econômicas, fazendo um breve histórico sobre a pesca da sardinha no Brasil. Sobre as atividades de pesquisa no setor, informou que o IBAMA dispõe de dados bioestatísticos que remontam a década de 60, sendo a sardinha o recuso pesqueiro mais estudado e conhecido. Atentou para o fato de que desde os medos da década de 80 os pesquisadores do setor vêm alertando para o colapso da pescaria e sobre a urgência de se tomarem medidas preventivas contra a sobre-exploração dos estoques. Criticou a confortável postura dos empresários, armadores e pescadores que nunca nos procuraram para um trabalho conjunto e preventivo, a não ser com muitas críticas nos momentos que a situação se encontra em crise. Esclareceu que mesmo sem os devidos recursos, necessários ao bom andamento da pesquisa, os técnicos do setor têm se empenhado ao máximo para produzir as informações mínimas que sustentem propostas de administração pesqueira. Rebatendo a afirmação do Sr. Emendorfer, que acusou os pesquisadores de informarem que a extinção era de ordem econômica e não biológica.

Com a palavra, a Dra. Malô Simões, enfatizou a necessidade de se tomar uma nova postura política, ou seja, ao invés de permanecermos com as eternas discussões em torno da questão dos períodos de DEFESO, deveríamos somar esforços para obter apoio político afim de conseguirmos reverter o atual quadro do setor pesqueiro, de forma bem mais ampla, séria, deixando de lado o imediatismo que sempre comandou as negociações neste segmento da economia.

Propôs então, que os políticos sejam utilizados de maneira correta para amparar o Setor (linha de crédito, seguro desemprego, readaptação da frota, etc). Insistiu quanto à necessidade de um trabalho em parceria – Governo/ Setor Produtivo – para que alcancemos os objetivos de interesse comum. Concluindo, Dra. Simões disse “se continuarmos discutindo sobre mais ou menos 15 dias em cada DEFESO, não haverá em um futuro próximo, disponibilidade de qualquer recurso para discutirmos coisa alguma”.

Em seguida fez uso da palavra o Dr. Phillip Charles Conolly. Iniciou dizendo que a opinião do CEPSUL, já foi amplamente divulgada e registrada, ou seja, a situação atual, embora já prevista pela pesquisa, nunca foi desejada, mas existe e que, o problema da sardinha reside no fato de haver pouca quantidade de peixe adulto desovando. Afirmou ainda que a pesca era intensiva, não permitindo que o peixe cumpra o seu ciclo vital e “se pudéssemos, pararíamos a pesca até 14 meses, mas sabemos ser inviável no momento”, concluiu. Lamentou o fato de que algumas tentativas de se derrubar o DEFESO, passem primeiramente por uma desestabilização do pessoal técnico, embora saibamos ser um problema de caráter sócio-econômico que foge à alçada do pesquisador. Insistiu que deve se lutar por uma política de diversificação da frota, dentre outras medidas cabíveis.

Após isto, o Dr. Paulo Roberto Nascimento passou a literatura de correspondências encaminhadas ao Presidente do IBAMA, e datadas de 22/11/91 e 22/05/92 (cópias em anexo). Em seguida releu e confirmou as propostas apresentadas pelos pescadores e empresários, ali representados. Propôs que os mesmos elaborassem insistir no DEFESO, pois considerou as acusações de inoperância da pesquisa, bastante graves e que mereciam a devida atenção por parte da Direção do IBAMA. Cobrou, então, a elaboração de uma proposta de manejo por parte dos acusadores, uma vez que entende estarmos tratando de um recurso natural renovável. Concluindo deu encaminhamento ao debate proposto no início dos trabalhos.

DEBATE:

Sr. Emendorfer:

Mais uma vez, o Sr. Emendorfer questionou a validade da pesquisa conduzida pelo CEPSUL, afirmando que nos últimos 04 anos nada se tem feito devido à escassez de recursos por parte do Governo Federal.

Dr. José Dias Neto:

Dr. José Dias rebateu o questionamento levantado, solicitando maior clareza sobre a qualidade de pesquisa que se desejava cobrar dos pesquisadores. Informou que as pesquisas levantam dados biológicos através de amostragens sistemáticas e também os estatísticos obtidos nos desembarques. Esclareceu que com relação à localização de cardumes, mudanças de condições climáticas e oceanográficas, não eram atividades propostas pelo CEPSUL, com referência à sardinha.

Dr. Genésio Nolli Filho:

Dr. Genésio colocou a questão da repetição dos fatos com relação às mesmas cobranças a cada ano. Citou por exemplo, as cartas que foram lidas anteriormente pela MESA. Disse haver ainda, uma série de outros documentos divergentes e repetitivos, o que torna estas reuniões extremamente desgastantes. Pediu à Classe cobradora, que definisse de uma só vez, qual seria a medida e/ou a pesquisa ideal para se chegar a conclusões unânimes.

Sr. Fernando Leal – Armador:

Manifestou a sua concordância com relação a determinação de um período de DEFESO de 14 meses para a sardinha, porém solicitou ao CEPSUL que elaborasse um documento técnico-científico que respaldasse a determinação.

Sr. Paulo– RIOPESCA:

Admitiu que o problema do DEFESO é a parada do meio do ano. Reconhecendo a existência de períodos de desova e recrutamentos, porém argumentou que estes momentos ocorrem durante o ano todo, não justificando, portanto, duas paradas anuais nas pescarias. Questionou ainda, a incoerência da legislação que age cumulativamente, ou seja, por que criar períodos de DEFESO para recrutamento, se pela legislação, já é proibida a captura de indivíduos jovens?

Dr. Marco Aurélio Bailon:

Dr. Bailon confirma a coerência das informações produzidas, explicando que as amostragens biológicas geram dados confiáveis, capazes de respaldar tecnicamente as propostas elaboradas para os DEFESOS. Esclareceu também, que o trabalho atual objetiva apenas um acompanhamento da pescaria de sardinha, cuja biologia já está amplamente conhecida.

Sr. Davi Gregório Neto:

Mais uma vez criticou a situação dos barcos de pesquisa parados, e afirmou haver cardumes disponíveis para a captura, não devendo existir por isso, qualquer tipo de proibição na atividade.

Dr. Ricardo de Deus Cardoso

Rebateu as palavras do Sr. Gregório dizendo haver dados disponíveis suficientes para comprovar o erro da exposição apresentada.

Sr. Emendorfer

Exemplificou a situação existente nos demais países, onde a atividade pesqueira é subsidiada por entidades governamentais, aproveitando a oportunidade para criticar o Dr. Philip, que contrariando o seu ponto de vista, não concordou com a proposta de que o CEPSUL deveria localizar os cardumes de sardinha, auxiliando

Confirmou ainda, que não existem dúvidas com relação à necessidade de um DEFESO que abranja 14 meses de parada, porém admitiu a inviabilidade da proposta, sob o ponto de vista sócio-econômico.

Dra. Malô Simões:

Dra. Malô Simões mais uma vez lamentou a atitude de irresponsabilidade do setor produtivo que a cada ano só se preocupa com as alterações no período de DEFESO, lamentando que cada Estado atue de forma individualizada. Neste ano, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro estavam contrários às propostas solicitadas por Santa Catarina, que conseguiu as alterações desejadas, graças ao apoio político que obtiveram em algumas bancadas.

Dr. Philip Charles Conolly

Dr. Philip esclareceu que as pesquisas desenvolvidas pelo CEPSUL eram efetivadas dentro das condições oferecidas pelo Governo Federal. Disse ainda, que a maioria das pessoas confunde que temos respostas, através de nossos estudos, sobre tipos e períodos de desova, recrutamento, tamanho mínimo de captura, idade de cardumes, petrechos de pesca adequados, alternativas para atividades para atividade pesqueira, dados de esforço de pesca e desembarque do pescado. Disse também, que um dos objetivos do DEFESO, era o de promover uma redução substancial do esforço de pesca sobre as espécies, e que, numa tentativa o mesmo, a classe produtiva tentava desestabilizar o trabalho da pesquisa. Finalizou dizendo, que o único dado que faltou determinar em 1992, foi a avaliação da biomassa viva de sardinha. Respondendo à colocação anterior, quanto ao uso do sensoriamento remoto na procura de cardumes, argumentou que tal recurso, apenas serviria para comprometer ainda mais a condição de sobre-exploração dos estoques de sardinha.

Sr. Pedro Leal – MAKOPESCA

Enumerou as questões pelas quais Santa Catarina é o estado que sempre reivindica maior número de alterações.

Sr. Wilson Cabral – armador:

Afirmou conhecer há muitos anos o trabalho dos técnicos do CEPSUL. Disse ter confiança no trabalho de pesquisa e declarou que o mesmo só não é melhor, porque os mestres não repassavam os dados corretamente, gerando, em muitos casos informações erradas.

Sr. Gustavo Malaguti (ITASUL):

Colocou para a platéia a ameaça que Governo vem acenando que é a de autorizar a importação livre de pescado. Sugeriu o retorno ao Decreto 221, com a retirada dos impostos que recaem sobre atividade.

Dr. Paulo César de Souza (Chefe do POCOF/ Itajaí):

Aproveitando a reunião de diversos diretores do IBAMA, solicitou prioridade do órgão, no tocante à reestruturação da fiscalização.

Após mais algumas colocações que traduzem idéias já discutidas anteriormente, Dr. Paulo Roberto Nascimento informou que estava sendo encaminhado para o segundo semestre de 93 um Fórum Nacional onde serão discutidas, as grandes questões de ordem estrutural, e de atribuições momento este, que abrirá espaço para se pleitear uma Política Nacional para a Pesca. Para tal, enfatizou a necessidade de que as partes se mobilizem adequadamente, buscando,

desde já apoio político para atenderem aos diferentes pleitos. Quando foi questionado sobre a possível alteração do período do DEFESO para este ano (1993), disse que analisando tudo o que assistiu, chegou a conclusão de que existem muitas divergências entre as diferentes partes, e que levando-se em conta apenas os discursos emocionados, ele não poderia promover qualquer alteração de última hora no que estava vigorando. Sugeriu uma ampla discussão sobre o assunto e, também que as acusações levantadas fossem colocadas e encaminhadas oficialmente, sob forma de documento, esclarecendo que a qualquer colocação acompanhasse a devida justificativa. Finalizou afirmando que o período de DEFESO para a sardinha em 93 estava mantido, e que qualquer alteração só possível em 94, se esclarecidas as dificuldades.

O relato acima, descreve, de forma detalhada, a reunião realizada no Auditório do CEPSUL – Itajaí/SC -, 02/07/93, com a participação da Diretoria do IBAMA representantes do Setor Produtivo-sardinha e pesquisadores do Centro. Em atenção à solicitação do Sr. Chefe do CEPSUL , Dr. Philip Charles Conolly, encaminhamos a presente ata.

Itajaí, 08/07/93